

PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA

DIREITO
TRIBUTÁRIO
AMBIENTAL



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2020 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Aurélio Corrêa

- Data de fechamento: 16.10.2019

1162194

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P697d

Pimenta, Paulo Roberto Lyrio

Direito tributário ambiental / Paulo Roberto Lyrio Pimenta. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8776-3

1. Direito ambiental – Brasil. 2. Direito tributário – Brasil. I. Título.

19-59553

CDU: 349.6:351.713(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

Capítulo I – Extrafiscalidade: contexto e critérios de identificação	1
1 O contexto das normas direcionadoras: a atuação da Administração Pública por meios indiretos	1
1.1 Noção inicial	1
1.2 Os modos de atuação indireta	4
1.3 Intervenções diretas <i>versus</i> intervenções indiretas	6
1.4 A atuação indireta por meio de instrumentos financeiros...	8
2 Distinção entre as normas fiscais e as extrafiscais	10
2.1 Distinções necessárias: fim, finalidade, função, causa e motivo.....	10
2.2 Posição da doutrina alemã sobre as normas extrafiscais.....	12
2.2.1 O fim do tributo: a proposta de Dora Schmidt.....	12
2.2.2 A teoria de Karl Bräuer	15
2.2.3 A teoria dos fins acessórios dos tributos.....	16
2.2.4 A teoria de Peter Selmer	18
2.2.5 A intervenção nos direitos fundamentais como critério diferenciador.....	19
2.2.6 A teoria dos fins objetivos da lei	20
2.2.7 Dieter Birk e os efeitos dos tributos	21
2.3 A posição da doutrina nacional	24
2.4 Nossa posição	27
Capítulo II – Perfil das normas tributárias direcionadoras	31
1 As normas tributárias direcionadoras	31
1.1 Noção	31
1.2 A nomenclatura na doutrina nacional	32
1.3 Critérios doutrinários para a identificação	33
2 As normas de simplificação fiscal (<i>die Vereinfachungsnormen</i>)	35
2.1 Origem.....	35
2.2 Conceito: divergências doutrinárias	35
2.3 Fins	38
2.4 Medidas simplificadoras	40
2.5 Fundamentos constitucionais	41

2.6	Órgãos com competência para editar medidas simplificadoras.....	44
2.7	Compatibilidade com as normas direcionadoras	45
3	Características das normas direcionadoras	46
4	Pressupostos da norma direcionadora	48
5	Tipos de normas direcionadoras	51
6	Vantagens, desvantagens, chances e riscos na utilização das normas direcionadoras	52
7	Repercussão do direcionamento na estrutura da norma impositiva tributária	54
Capítulo III – Competência para a edição das normas tributárias direcionadoras		55
1	A competência como permissão qualificada	55
2	A exigência de dupla competência para a edição das normas tributárias direcionadoras no Estado Federal.....	59
3	A repartição de competência no ordenamento brasileiro	63
3.1	A repartição como pressuposto de existência do Estado Federal	63
3.2	A repartição de competências nas Constituições brasileiras....	64
3.3	O modelo adotado pela Constituição Federal de 1988	69
3.3.1	Parâmetros gerais	69
3.3.2	O modelo de repartição de competências adotado pela Carta de 1988	73
3.3.2.1	Competência da União.....	73
3.3.2.2	Competência dos Estados-membros.....	75
3.3.2.3	Competência dos Municípios	78
3.3.2.4	Síntese das matérias que poderão ser objeto das competências reguladoras dos entes federados.....	79
4	A competência tributária	80
4.1	Conceito.....	80
4.2	A repartição da competência tributária no Estado Federal brasileiro	81
Capítulo IV – Compatibilidade das normas direcionadoras com as espécies tributárias		89
1	Adequação das espécies tributárias em relação à tributação direcionadora	89
2	Imposto	91
3	Taxas	94
4	Contribuição de melhoria	100

5	Empréstimos compulsórios	104
6	Contribuições especiais	107
Capítulo V – O tributo como instrumento de proteção ao meio ambiente ...		113
1	Conceito sobre meio ambiente	113
2	Tutela constitucional do meio ambiente	114
3	Instrumentos de proteção ambiental	122
4	A internalização dos custos	125
5	O princípio do poluidor-pagador	129
5.1	Origem e evolução	129
5.2	Significado	131
5.3	Alcance	132
5.4	Fundamento do princípio	133
5.5	Funções	133
5.6	Permissão para poluir: inexistência	134
5.7	Limites para aplicação	134
5.8	Mecanismos de aplicação	135
5.9	O montante dos custos	135
5.10	A repercussão financeira	136
5.11	Identificação do poluidor	137
5.12	Previsão do princípio pelo ordenamento brasileiro	137
5.13	Repercussão sobre o direito tributário	138
6	Fundamentos constitucionais dos tributos ambientais no Brasil	139
Capítulo VI – Tributos ambientais		141
1	Delimitação do conceito	141
2	Perfil do tributo ambiental no ordenamento brasileiro	145
3	Reações do destinatário da norma tributária indutora	147
4	Tipos de tributos ambientais	148
5	Tributo ambiental <i>versus</i> instrumentos tradicionais do ordenamento jurídico	150
6	Compatibilidade em tese com os princípios de direito ambiental ...	153
7	Questões controvertidas	154
7.1	Capacidade contributiva	154
7.2	Conflitos de fins	159
7.3	Possibilidade de tributação do ato ilícito	161
8	Adequação das espécies tributárias à tributação ambiental	162
9	A inserção do elemento ecológico nos tributos ordinários	168
Capítulo VII – Estrutura possível dos tributos ambientais		171
1	Aptidão das espécies tributárias no ordenamento brasileiro para instrumentalizar a proteção ambiental	171

2	Os impostos ambientais	171
2.1	Aspectos gerais	171
2.2	A regra-matriz de incidência possível dos impostos ambientais em sentido estrito	172
2.2.1	Aspecto material	172
2.2.2	Aspecto temporal	176
2.2.3	Aspecto espacial	176
2.2.4	Aspecto subjetivo	176
2.2.5	Aspecto quantitativo	178
2.3	A arrecadação dos impostos ambientais	179
2.4	A receita dos impostos ambientais	179
3	Taxas ambientais	180
3.1	Admissibilidade das taxas ambientais indutoras	180
3.2	Modalidades de taxas ambientais	183
3.3	A estrutura possível das taxas ambientais	188
3.4	Base de cálculo	189
4	Contribuição de melhoria ambiental	189
5	Contribuições especiais ambientais	191
6	Os empréstimos compulsórios e a tributação ambiental.....	195
Capítulo VIII – Os tributos ambientais no ordenamento jurídico brasileiro ...		197
1	Delimitação da abordagem	197
2	Impostos ambientais	197
2.1	Criação de impostos ambientais em sentido estrito	197
2.2	Possibilidade de inserção de elementos ecológicos nos impostos ordinários	200
3	Taxas ambientais	205
3.1	Admissibilidade	205
3.2	Taxas federais: Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ...	205
3.3	Taxas ambientais estaduais	207
3.4	Taxas ambientais municipais	209
4	Contribuição de melhoria	211
5	Empréstimos compulsórios	211
6	Contribuições especiais	211
7	Suposto tributo ambiental: o ICMS ecológico	212
8	Conclusão sobre os atuais tributos ambientais do nosso ordenamento.....	214
Conclusões		215
Referências		219